



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001072-63.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Protesto - Liminar**  
 Requerente: **Capi Regina's Comércio e Montadora de Produtos e Acessórios para Água Ltda**  
 Requerido: **AMP Brasil Eirelli ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

CAPI REGINA'S COMÉRCIO E MONTADORA DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS PARA ÁGUA LTDA. ajuizou a presente ação em face de AMP BRASIL EIRELI ME, requerendo a sustação do protesto da Duplicata nº 03, no valor de R\$ 1.500,00, com vencimento em 22/01/2017, emitida pela ré e tendo como apresentante o Banco do Brasil S/A., alegando, em síntese: i) que foi surpreendida com notificação expedida pelo Cartório de Protesto de Títulos desta Comarca, para cobrança da Duplicata nº 03, no valor de R\$ 1.500,00, com vencimento em 22/01/2017, emitida pela ré e tendo como apresentante o Banco do Brasil S/A.; ii) desconhece a origem do débito, sendo descabida a cobrança, uma vez que no contrato existente entre as partes não há qualquer duplicata com vencimento em 22/01/2017 e o número do título apontado também não corresponde, além do contrato não ter sido cumprido integralmente pela ré.

Decisão de fls. 26/27 deferiu a tutela de urgência mediante caução no valor do título.

Em manifestação de fls. 31 a autora requereu a juntada da guia relativa à caução.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A ré, em contestação de fls. 45/51, requereu a improcedência do pedido, alegando, em síntese: i) que em 16 de agosto de 2016 as partes firmaram um instrumento denominado “Plano de Trabalho”, por meio do qual foram estabelecidos serviços a serem prestados pela ré (fls. 46); ii) conforme item 9 do contrato, denominado “Durações dos Trabalhos”, consignou-se que o período da prestação dos serviços seria de dezesseis semanas, cabendo à parte ré o recebimento da quantia de R\$ 24.000,00, parcelada em 16 duplicatas no valor unitário de R\$ 1.500,00, contendo os vencimentos semanais (fls. 46); iii) os itens 9 e 10 informam que conforme a execução das tarefas semanais, a ré enviaria um relatório técnico relatando os serviços prestados e, após a concordância, a ré emitiria uma duplicata que seria aceita pela autora; iv) o último parágrafo do item 9 estabeleceu que poderia ocorrer a suspensão ou o cancelamento do trabalho contratado em qualquer etapa, desde que efetuado o pagamento das semanas trabalhadas e aceitas; v) no item 11, sob o título “Considerações Finais”, constam os nomes dos funcionários da autora denominados “Assessores de Organização” que ficaram como responsáveis pela continuidade dos trabalhos implantados, entre eles a Sra. Adriana Bordino, que exercia a função de gerente administrativo e financeiro; vi) os informes semanais foram lidos, aprovados e devidamente assinados pelos funcionários da autora, a saber: Eduardo, Fabiano, Fernanda e Adriana, referente a 15 das 16 semanas contratadas, uma vez que na décima quinta semana a diretoria interrompeu os trabalhos e, portanto, apenas na última semana (16ª) não foram realizados os trabalhos; vii) as duplicatas estão com a data de vencimento correta, somente os boletos de cobrança tiveram suas datas prorrogadas a pedido da autora, que inclusive suportou o ônus dessa



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prorrogação, no valor de R\$ 350,00, conforme recibo juntado pela ré; viii) os títulos foram negociados e a autora tomou ciência quanto a isto, razão pela qual o pedido deve ser julgado improcedente.

Decisão de fls. 156 determinou que a autora aditasse a petição inicial, uma vez que valeu do instituto da tutela cautelar antecedente.

A autora aditou a petição inicial a fls. 166/167, ratificando que o plano de trabalho apresentado pela ré não foi finalizado e que, embora os relatórios de trabalho tenham sido apresentados, estes não possuem a aprovação da proprietária da empresa, senhora Márcia. Pugnou pelo cancelamento dos títulos protestados e pelo ressarcimento dos valores caucionados.

A ré, em contestação ao aditamento (fls. 171/179), apresentou os mesmos argumentos lançados na contestação anterior, requerendo a improcedência do pedido, a reunião dos processos e a condenação da autora por litigância de má-fé.

Réplica de fls. 233/234.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e Decido.

Julga-se antecipadamente o feito nos termos do art. 355, I, do NCPC, por se tratar de matéria que independe de dilação probatória.

De início, verifico que não há necessidade de reunião de processos para julgamento simultâneo.

Não existe risco de decisões conflitantes.

Trata-se de duplicatas diversas, cada uma delas correspondendo a um mês de prestação de serviços, de forma que, em tese, é possível que em alguns meses sejam os pagamentos reconhecidos como exigíveis e em outros



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

não.

Procede-se, destarte, ao julgamento imediato.

Aduz a autora, em síntese, que as duplicatas emitidas pela ré não possuem lastro, uma vez que os serviços não foram por esta finalizados. Também afirma que não há no contrato qualquer duplicata com o vencimento apontado pela ré (22/01/2017) e o número de título apontado também não corresponde. Por fim, no aditamento de fls. 167/167, sustenta que embora a ré tenha apresentado relatórios do trabalho realizado semanalmente, eles não contêm a aprovação da proprietária da empresa, senhora Márcia.

O contrato celebrado entre as partes encontra-se digitalizado a fls. 11/19.

O item “9” estabelece que para a realização do trabalho foram estimadas dezesseis semanas (fls. 16).

Ainda no mesmo item estão discriminados o valor das duplicatas, os números respectivos e as datas de vencimento (fls. 16/17).

No item “11” do contrato, sob o título “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, consta que foram escolhidos para acompanhar os trabalhos, como assessores de organização: Administrativo e Financeiro Diretoria (Sra. Márcia e Adriana), Comercial Sr. Fabiano e Área Produtiva Sr. Eduardo (Duzão) e Fernanda (fls. 18).

Ainda no mesmo item, consta que “O(s) Assessor(es) do Projeto darão continuidade uma ação de melhoria, e passarão a colaborar ativa e diretamente com o nosso Consultor Técnico inclusive acompanhando e validando relatórios semanais da evolução dos projetos acima descritos”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Dessa maneira, tais pessoas foram autorizadas para acompanhar e validar os relatórios semanais de evolução dos projetos.

A ré instruiu a contestação com os boletins de informação semanal, nos quais constam os nomes e as respectivas assinaturas dos assessores do projeto, Adriana, Fernanda, Fabiano e Eduardo (fls. 78/108).

Assim, não procede o argumento da autora de que a única que poderia ter aprovado os relatórios de trabalho semanais seria a proprietária da empresa, Sra. Márcia.

Pelos relatórios encartados pela ré, é possível, outrossim, constatar que ela executou os serviços neles descritos, caindo por terra a alegação da autora de que as duplicatas emitidas não possuem lastro.

Conclui-se que o título levado a protesto junto ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos, sob o número “3”, com vencimento em 22/01/2017, no valor de R\$ 1.500,00, refere-se ao Relatório de fls. 82/83, correspondente à semana 03/16, devidamente assinado pelos assessores da autora (fls. 83). A duplicata corresponde, dessa forma, à efetiva prestação do serviço.

Dessa maneira, de rigor a improcedência do pedido.

Nada obstante, deixo de condenar a autora por litigância de má-fé, conforme requerido pela ré, uma vez que não vislumbrei dolo por parte daquela.

Pelo exposto, JULGO IMPROCENTE o pedido formulado pela autora. Sucumbente, condeno a autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em R\$ 1.000,00, nos termos do art. 85, § 8º, do NCPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 13 de julho de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**